

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **Município de Mirandela**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015, (que evidencia um total de 72.724.341 euros e um total de Fundos Próprios de 24.123.852 euros, incluindo um resultado líquido de 690.520 euros), a Demonstração dos resultados por natureza, a Demonstração dos fluxos de caixa e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 26.065.689 euros de despesa paga e um total de 26.454.442 euros de receita cobrada) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Executivo Municipal a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Excepto quanto às limitações descritas no parágrafo n.º 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

Direct tel +351 226 199 430 | Mobile +351 961 696 546
Direct fax +351 226 198 439 | Email geral@pkf.pt | www.pkf.pt
Praça Duque de Saldanha - n.º 1, 4º Piso, H e O | 1050 – 094 | Lisboa | Portugal

Contribuinte n.º 504 046 683

Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 9005

A PKF & Associados – SROC, Lda. é membro da PKF International, uma rede de entidades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos actos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. No decurso da intervenção por nós realizada, identificámos as seguintes limitações ao âmbito do nosso trabalho, as quais entendemos reportar:

- i) O processo de inventariação dos bens imóveis do Município não constitui uma garantia da sua plenitude, uma vez que este processo não contemplou a sua confrontação com outras fontes de informação externas à contabilidade, nomeadamente, com os dados da Conservatória do Registo Predial e da Autoridade Tributária.

Por outro lado, relativamente a alguns activos do Imobilizado adquiridos com recurso a subsídios, por se tratarem de casos que remontam à introdução dos saldos iniciais no módulo patrimonial do POCAL, não é possível aos serviços do Município detalharem com exactidão os bens imóveis objecto de comparticipação, bem como o respectivo montante.

Deste modo, não estamos habilitados a emitir opinião sobre a razoabilidade do valor das rubricas de “Bens de domínio público”, “Imobilizações corpóreas” e “Proveitos Diferidos” evidenciadas no Balanço, as quais em 31 de Dezembro de 2015 totalizam 24.631.911 euros, 39.086.501 euros e 22.151.438 euros, respectivamente, sobre o montante de 1.462.089 euros respeitante ao saldo da rubrica de “Amortizações do exercício” e sobre o valor de 49.009 euros referente aos proveitos imputados ao exercício na rubrica de “Proveitos extraordinários” que constam da Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2015.

- ii) Na data de emissão do presente relatório, por não ter sido possível proceder à confirmação externa de saldos e à realização de adequados procedimentos alternativos de auditoria de forma a ultrapassar esta limitação, não nos foi possível concluir sobre a razoabilidade dos saldos das rubricas de “Fornecedores” e “Fornecedores de Imobilizado”, que, em 31 de Dezembro de 2015, ascendem a 6.292.466 euros e 367.634 euros, respectivamente.

Opinião

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas no parágrafo n.º 7, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Município de Mirandela** em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e a execução orçamental relativa às despesas pagas e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e previstos no Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais.

Ênfase

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, gostaríamos de chamar a atenção para o facto de, no decurso do exercício de 2015, os serviços do Município de Mirandela terem levado a cabo procedimentos exaustivos de verificação e conferência de saldos e transacções, os quais conduziram a regularizações relativas a exercícios anteriores cujo efeito líquido consistiu na diminuição de 411.241 euros da rubrica de “Resultados Transitados”. Em resultado desta análise, encontram-se ultrapassadas algumas das situações identificadas na auditoria às demonstrações financeiras de 2014, nomeadamente quanto à reserva por limitação ao âmbito na rubrica de “Investimentos Financeiros”, bem como no que diz respeito à reserva por desacordo relativa a responsabilidades não evidenciadas no Balanço do Município.

Relato sobre outros requisitos legais


10. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

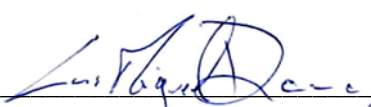
Lisboa, 13 de Abril de 2016

PKF & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por


Tiago Romeiro Rocha (ROC n.º 1700)


Luís Miguel Damas (ROC n.º 1326)